



**Governo do Estado de São Paulo
São Paulo Previdência
Conselho SPPREV**

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 152.00005525/2024-38

Interessado: Conselho Fiscal da SPPREV

Assunto: Ata da 197ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de São Paulo, na sala de reunião dos Conselhos da São Paulo Previdência, localizada à Avenida Rangel Pestana, 300, 12º andar, ala Dom Pedro, às 10h00min, conforme prévia convocação, reuniu-se o Conselho Fiscal da São Paulo Previdência - SPPREV. Participaram presencialmente a Conselheira titular Nayara Flamini Arantes Rocha, Vice-Presidente do Colegiado, bem como o Diretor de Administração e Finanças, André Moura Robles; a Gerente de Finanças e Contabilidade, Ivete Tie Nagata; o Gerente de Planejamento e Controle, Marcos de Oliveira Campos; e o Analista em Gestão Previdenciária, Valdemir Roberto Machado de Moraes. Remotamente, participaram os Conselheiros titulares Coronel PM Aleksander Toaldo Lacerda, Presidente do Colegiado; Cássio Ramalho do Prado; Fábio Teizo Belo da Silva; Júlia da Motta; e Nerylson Lima da Silva. A princípio, o Presidente do Conselho discorreu acerca da Ata da 196ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, a qual foi aprovada de modo unânime pelo Colegiado. Em seguida, foi passada a palavra ao André Moura Robles para transmissão dos informes gerais, o qual comunicou que a SPPREV já elaborou o Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN 2025 da autarquia. Destacou que o referido documento é aprovado pelo Conselho de Administração, e não pelo Conselho Fiscal. Informou também que o DPIN 2025 será apresentado para deliberação na 197ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, a ser realizada em 6 de dezembro de 2024. Pontuou que o Comitê de Investimentos da São Paulo Previdência optou pela manutenção da atual Política, focando nos investimentos de renda fixa, principalmente nos pós-fixados, os quais apresentam alta liquidez, baixo risco e baixa taxa de administração. O segundo informe compartilhado foi acerca da última chamada dos 72 Técnicos autorizados a serem convocados, referentes ao Concurso Público da SPPREV. Ressaltou que nessa última chamada foram admitidos seis Técnicos, totalizando 66 Técnicos admitidos até o momento. Diante do exposto, informou que restam apenas seis Técnicos a serem convocados e que a próxima chamada deverá ocorrer em janeiro de 2025. O terceiro informe transmitido foi sobre a reunião do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social - CONAPREV, prevista para ocorrer nos dias 14 e 15 de agosto de 2025, a qual está sendo organizada e será sediada pela autarquia. Salientou que a última vez em que a São Paulo Previdência sediou essa reunião foi em 2013. Como quarto informe, comunicou que a SPPREV já encaminhou dois Ofícios à Procuradoria Geral do Estado - PGE a respeito de provisões judiciais. Assim, a PGE terá tempo hábil de compartilhar informações acerca das provisões citadas para que a autarquia possa contabilizá-las no Balanço. O quinto informe foi sobre a reunião que a DAF teve com a Secretaria da Fazenda e Planejamento para pedir suplementação orçamentária para o fim deste ano. Frisou que foi

solicitado R\$ 1.5 bilhão, além do pedido de cerca de R\$ 300 milhões para completar o orçamento das Universidades. Diante disso, apontou que o orçamento da SPPREV, aprovado inicialmente em cerca de R\$ 54.1 bilhões para a previdência, já está em aproximadamente R\$ 54.8 bilhões. Perante o exposto, destacou que, possivelmente, o orçamentário terminará em quase R\$ 57 bilhões, tendo em vista que R\$ 2 bilhões não poderão ser usados porque são recursos consignados na lei orçamentária. Nesse momento, Nerylson Lima da Silva indagou o atual valor da insuficiência. André Moura Robles pontuou que a autarquia está com uma insuficiência/déficit acumulado em torno de R\$ 36 bilhões. Logo após, discorreu sobre o sexto informe, que diz respeito ao Decreto nº 69.045/2024, o qual dispõe acerca da concessão de horário especial aos servidores, em decorrência da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF no Tema nº 1.097 da Repercussão Geral, ou seja, trata a respeito da flexibilização da jornada de trabalho para servidores que tenham deficiência ou que tenham parentes nessa condição. Ressaltou que autarquia está adotando as medidas necessárias para adoção do referido Decreto, quando necessário. Como sétimo informe, salientou que a São Paulo Previdência, por meio da Diretoria de Benefícios Militares - DBM, encaminhou um Ofício à Polícia Militar do Estado de São Paulo - PMESP para verificar se a contribuição patronal da PM não tem sido repassada/se deixou de existir a partir da Lei nº 13.954/2019, bem como para verificar se o julgamento referente a esse assunto teria o condão de voltar a contribuição patronal como válida. Enfatizou que a SPPREV fez esse questionamento para verificar também se a PM tem um posicionamento sobre o assunto, pois a partir disso a autarquia identificará se haverá ou não a necessidade de uma consulta jurídica. Esclareceu, ainda, que o Ofício mencionado teve por objetivo tratar também sobre a contribuição dos servidores ativos da PM para saber se, de fato, a contribuição está em 10,5% - caso esteja, a autarquia solicitará informações acerca da base de cálculo para tal índice. Frisou que esses esclarecimentos são relevantes porque as contribuições geram um reflexo nos demonstrativos da São Paulo Previdência e influenciam nas análises do Conselho. Assegurou, então, que comunicará ao Colegiado quando houver qualquer novidade a respeito dessa temática. Nesse instante, o Presidente do Conselho informou que, enquanto estava na ativa, participou e acompanhou efetivamente a elaboração da minuta acerca do novo Sistema de Proteção Social do Comando da Polícia Militar, desenvolvida junto com a Secretaria da Segurança Pública - SSP. Pontuou que essa é uma minuta extensa por envolver diversas questões de direitos e de garantias dos policiais militares, a exemplo da contribuição previdenciária. Ressaltou que esse assunto tem sido tratado desde 2023 e que aborda tanto a alíquota quanto a questão patronal. Salientou também que a minuta citada foi encaminhada à SSP para avaliação e devidos ajustes, além de enfatizar que o militar da reserva paga 11% de contribuição acima do teto previdenciário e que o cálculo, em tese, seria de 10,5% sobre todos os vencimentos. Posteriormente, André Moura Robles comunicou que não há novidades referentes ao andamento do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal - STF, que trata acerca da Emenda Constitucional nº 103/2019 e tem como objeto trechos da Reforma Previdenciária de 2019, em especial sobre a progressividade das alíquotas de contribuição, pois o Ministro solicitou vistas para análise do processo. A seguir, Ivete Tie Nagata iniciou a apresentação do Relatório Gerencial de Setembro de 2024, discorrendo acerca das receitas previdenciárias. Informou que, em relação ao mês anterior, houve uma queda dos seguintes itens: contribuições de servidor ativo (em agosto, foram R\$ 423.5 milhões; em setembro, caiu para R\$ 406.8 milhões); patronal (em agosto, foram R\$ 717.7 milhões; em setembro, caiu para R\$ 685.8 milhões); e inativo (em agosto, foram R\$ 157.6 milhões; em setembro, caiu para R\$ 153.7 milhões). Frisou que isso ocorreu, basicamente, por reflexo do pagamento retroativo da Secretaria da Educação e do piso do magistério, conforme apontado na reunião anterior. Em relação aos royalties, destacou que esse item também apresentou uma queda porque, em agosto, houve a participação especial. Já no caso da contribuição de pensionista, pontuou que houve um aumento devido ao pagamento da Participação nos Resultados - PR dos Agentes Fiscais de Rendias. Posto isto, salientou que a contribuição de pensionista, em agosto, totalizou R\$ 38.9 milhões; já em setembro, correspondeu a R\$ 44.5 milhões. No tocante ao COMPREV, informou que houve uma queda porque o INSS ainda estava com as análises suspensas. Por

isso, não teve a aprovação de novos requerimentos. Acerca do déficit financeiro acumulado, enfatizou que, até o momento, o valor corresponde a R\$ 26 bilhões. Em relação às despesas previdenciárias, frisou que também houve uma queda, basicamente, devido aos mesmos motivos já mencionados (pagamento retroativo da Secretaria da Educação e do piso do magistério, bem como pagamento da parcela do 13º salário da Unicamp). Apontou que, por conta do pagamento da PR para pensionistas, esse item apresentou um pequeno aumento. Já em relação ao COMPREV, informou que, apesar da quantidade de aprovações por parte da SPPREV ter sido maior, em termos de valor, acabou apresentando um resultado menor por serem requerimentos baratos. Em relação à quantidade de beneficiários, com base na Portaria SPPREV nº 193/2020, informou que não houve alteração de um mês para o outro (387.902 mil ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS; 418.966 mil inativos e 124.956 mil pensionistas do Estado de São Paulo). Discorreu também sobre a transferência do superávit à São Paulo Previdência, conforme preveem a Lei nº 17.293/2020 e o Decreto nº 5.350/2020, apontando que não houve nenhuma alteração e nem recebimento. Nesse momento, André Moura Robles destacou que a SPPREV está em contato com a Controladoria Geral do Estado - CGE para que a autarquia consiga receber os devidos valores pendentes. Diante disso, Nerylson Lima da Silva perguntou qual é o valor que a São Paulo Previdência tem a receber. André Moura Robles destacou que a SPPREV ainda tem a receber R\$ 42.9 milhões, sendo que R\$ 38.7 milhões deverão ser repassados pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon. Nerylson Lima da Silva indagou, então, se foi feito algum contato com o Procon para saber o porquê ainda não houve o devido pagamento. Ivete Tie Nagata esclareceu que, de acordo com a legislação, não é a autarquia quem faz essa cobrança. Por isso, foi solicitado o apoio da CGE, que está avaliando como será feita a cobrança dessas pendências. André Moura Robles ressaltou que a legislação prevê que cabe à CGE fazer essa cobrança. Na sequência, Nerylson Lima da Silva e Nayara Flamini Arantes Rocha solicitaram que, quando possível, seja encaminhado ao Conselho Fiscal mais detalhes das projeções de COMPREV (principalmente no que diz respeito ao valor representativo de acerto com a União, ou seja, o que a SPPREV tem de ativo de COMPREV com a União). Em seguida, Marcos de Oliveira Campos apresentou as receitas administrativas, ressaltando que houve uma variação muito pequena (aumento de 0,18%; R\$ 12.477 milhões arrecadados na administração). No tocante à taxa de administração, pontuou que o valor previsto era de R\$ 9.011 milhões, mas houve a entrada de R\$ 9.023 milhões do Centro Paula Souza - CPS, devido a uma regularização que ficou pendente em agosto. Em relação às despesas administrativas, salientou que houve uma queda de 8% (em agosto, correspondeu a R\$ 9.834 milhões; em setembro, caiu para R\$ 9.048 milhões). Isso ocorreu, basicamente, por conta das despesas de custeio (a exemplo de férias) e, além disso, em agosto, foram cobradas algumas despesas que não tiveram a mesma correspondência no mês de setembro. Logo após, detalhou os elementos da despesa administrativa que tiveram redução e aumento. Posteriormente, apresentou o quadro de pessoal atualizado, elucidando que, de setembro para outubro, a SPPREV passou de 412 para 415 empregados em seu quadro de funcionários, considerando o ingresso de Técnicos e as rescisões que ocorreram no período. A seguir, Valdemir Roberto Machado de Moraes apresentou o Relatório da Auditoria Externa, relatando que, em outubro, a SPPREV manteve o total de 24 ocorrências (quatro solucionadas, nove pendentes e 11 esclarecidas). Além disso, informou que, por enquanto, a Bazzaneze Auditores Independentes encerrou o trabalho em campo, destacando que a empresa segue fazendo a auditoria referente ao primeiro semestre de 2024. Enfatizou também que, das nove ocorrências pendentes, apenas uma delas apresentou movimentação no mês, a qual trata da Política de Gestão de Incidentes - PGI (item/ocorrência nº 10). Referente a esse assunto, informou que, segundo a Presidência da autarquia, três fundações fizeram apresentações para a Diretoria Executiva, mas esse item ainda está na fase de estudos para desenvolvimento do Termo de Referência, a fim de que haja a futura contratação, mediante autorização da Presidência. Diante do exposto, André Moura Robles pontuou que as propostas das fundações não estavam equalizadas. Sendo assim, quando isso ocorrer, a Diretoria Executiva poderá comparar de maneira eficaz os serviços e as propostas financeiras de cada uma das fundações. Na sequência, apresentou o Relatório de

Investimentos de Outubro de 2024, evidenciando que, quanto à Resolução CMN nº 4.963/2021, o Artigo 7º, Inciso I, 'b', o qual possui um limite de 100%, está com 80,5% de percentual da Carteira da São Paulo Previdência. Já o Artigo 7º, Inciso III, 'a', o qual possui um limite de 60%, está com 19,5% de percentual da Carteira da SPPREV, ou seja, a autarquia está enquadrada e aderente aos percentuais de sua carteira. Destacou também que, em outubro, houve um retorno de R\$ 2.7 milhões dos investimentos da São Paulo Previdência. Apontou que o valor que permaneceu aplicado é basicamente o mesmo do mês anterior. Portanto, houve um leve crescimento nos recursos aplicados da administração (saldo inicial no valor de R\$ 103.060 milhões; saldo final no valor de R\$ 106.427 milhões). Já em relação à parte previdenciária, informou que esse item ficou praticamente estável (saldo inicial no valor de R\$ 230.791 milhões; saldo final no valor de R\$ 230.410 milhões). Indicou que o total aplicado correspondeu a R\$ 336.838 milhões e que os dois principais fundos (BB RF Ref DI TP FI e BB Previd RF Perfil) da SPPREV performaram razoavelmente bem, apresentando um rendimento de 0,93 %. Ressaltou também que, de acordo com os últimos Relatórios Focus, a inflação continua pressionada - aumentou cerca de 0.21% neste ano. Perante o exposto, pontuou que a consequência da inflação alta é que, provavelmente, não haverá corte na taxa Selic, o que favorece investimentos em renda fixa pós-fixado. Destacou, ainda, que a taxa básica de juros aumentou de 10,75% para 11,25%, tendo em vista que a projeção é que termine o ano em 11,75%, segundo o Relatório Focus. Desse modo, evidenciou que o cenário segue alinhado aos investimentos da SPPREV. Em seguida, o Presidente do Colegiado agradeceu a apresentação e, não havendo questionamentos por parte dos Conselheiros, foram aprovados pelo Colegiado, por unanimidade, o Relatório Gerencial de Setembro de 2024 e o Relatório de Investimentos de Outubro de 2024. Por fim, comunicou que a 198ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal está prevista para ser realizada em 18 de dezembro de 2024, às 10 horas. E, para constar, eu, Alessandra Mathias Moris Moleiro, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Alessandra Mathias Moris Moleiro
Assessor Técnico Previdenciário



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Teizo Belo da Silva, Coordenador**, em 19/12/2024, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEKSANDER TOALDO LACERDA, Usuário Externo**, em 19/12/2024, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **CASSIO RAMALHO DO PRADO, Usuário Externo**, em 20/12/2024, às 07:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **NAYARA FLAMINI ARANTES ROCHA, Usuário Externo**, em 22/12/2024, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nerylson Lima da Silva, Subsecretario**, em 20/01/2025, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julia da Motta, Coordenador**, em 21/01/2025, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Mathias Moris, Assessor Técnico Previdenciário**, em 22/01/2025, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0050410408** e o código CRC **A17D3FAF**.
